

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE JUNDIAÍ – SP

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Jundiaí/SP, realizada no dia sete de fevereiro de dois mil e dezessete, às 17h35 min., na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEMADS, localizada na Rua Senador Fonseca, nº. 605 - Centro, nesta Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, com a participação dos Conselheiros que assinaram o livro de presença nº 03 de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, à fls.18 frente Justificaram as ausências os conselheiros; Camila de Moraes Medeiros Mendes - Titular; Livia Papile Galhardi – Suplente e Dilucia de Fátima Gomes - Titular. A reunião foi iniciada pela Senhora segunda Secretária e Conselheira Maria Aparecida da Silva que apresentou a seguinte **pauta: 1- Apresentação dos novos conselheiros do Órgão Gestor. 2 – Deliberação. 2.2 – Termo de Aceite do Programa Criança Feliz.** Iniciou a reunião solicitando permissão para o seguinte informe: que foi recebido nesta data a carta onde a Conselheira Titular e Presidente Karla Caroline Barbosa Andrilli solicita desligamento, a partir de 10 de fevereiro de 2017. Dando prosseguimento passou-se **para o item da pauta 1- Apresentação dos novos conselheiros do Órgão Gestor** a Conselheira Maria Aparecida da Silva fala que em 25 de janeiro de 2017 o Órgão Gestor – Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhou a indicação dos novos representantes sendo: Nádia Taffarello Soares –Titular e sua suplente Bianca Souza Delfino; Solange Colepicolo Leonardi – Titular e sua suplente Leila Miguel; Célia Marques Gonzalez – Titular e seu suplente Denílson Pinto de Oliveira; Cássia Regina Carpi Rodrigues do Prado – Titular e sua suplente Alda Renata Orsi Machado. Passou para o **item da pauta 2 – Deliberação. 2.2 – Termo de Aceite do Programa Criança Feliz** a apresentação foi feita pelas Diretoras da Secretária Municipal de Assistência Social: Diretora de Proteção Básica Cássia Regina Carpi Rodrigues do Prado e a Diretora de Vigilância Social Maria Brant; a Diretora de Proteção Básica Cássia Regina Carpi Rodrigues do Prado iniciou a apresentação através de slides anexo a ata do **PLANO DE AÇÃO – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - Programa Criança Feliz – fevereiro de 2017(Decreto nº 8.869/2016), que se encontra em anexo a ata**, inicia considerando que após algumas pesquisas que os estímulos que a criança recebe nos primeiros mil dias é fundamental para o seu desenvolvimento. O Programa Criança Feliz o Público Prioritário do Programa Primeira Infância no SUAS: Gestantes, crianças de até 36 (trinta e seis) meses e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; Crianças de até 72 (setenta e dois) meses e suas famílias

beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada; Crianças de até 72 (setenta e dois) meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias, continua explicando que o Município receberá uma verba para contratação profissionais que farão as visitas domiciliares e serão supervisionados pelos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Coloca que o Programa é Intersectorial Educação, Cultura e Esportes e que haverá capacitação e ela e a Diretora de Vigilância Social Maria Brant irão participar e vão ser multiplicadoras da Capacitação. Salaria que haverá todo o respaldo necessário, que o diagnóstico já está sendo elaborado, Jundiaí terá 500 (quinhentas vagas) e o repasse será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) mensais. Aberto para as perguntas para a Plenária: A Conselheira Solange Cordeiro de Vasconcelos coloca que todo o desenvolvimento da Política de Assistência Social tem se pensado no coletivo, vínculos comunitários e pelo que leu nos documentos sobre o Programa será um atendimento individualizado, depois irão ser inseridos no PAIF, PAEF, e isto irá à contramão com a Política. Coloca outra questão que Jundiaí em relação a outros municípios tem um custo de vida elevado e um calculo de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) por visitador e se abrir chamamento para as Organizações da Sociedade Civil será um valor muito baixo. Outro ponto é a questão dos recursos humanos que a Secretaria Municipal de Assistência Social tem que pensar, como serão feitas as visitas, será disponibilizados transporte, passe, pensando no tempo que o visitador terá para atender 25 famílias, pensar dentro dos territórios, pensarem no custo e se terá o que investir. A Senhora Secretária Municipal de Assistência Social Nádia Taffarello Soares coloca que a questão é o Termo de Aceite, as outras questões poderá ser resolvido com criatividade e se após o aceite e se analisarem que o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) mensais é pouco e que não sugira o efeito desejado poderão solicitar cancelamento do Aceite ou se chegar no Senhor Prefeito Municipal. A Diretora de Planejamento e Estratégia Solange Colepicolo Leonardi coloca que o Programa vem de encontro que os CRAS tem que fazer dentro do PAIF, dentro da LOAS e de encontro com os serviços tipificados, vem de encontro com o fortalecimento das questões que estão tipificadas, como o Programa também é uma regulação das Políticas transversais, reforça também que se pode renunciar a qualquer momento por questões financeiras. A Ouvinte da Cáritas Diocesana de Jundiaí a Assistente Social Maria Rosangela Moretti, coloca que o Programa tem certa semelhança a ação da Pastoral da Criança, em menores proporções, são poucos núcleos e a visita é mensal, mas tem bons resultados, coloca ainda

que como metodologia os Agentes de Saúde são importantes para se pensar como visitantes. Ela acha que não se deveria pensar em pagar por hora trabalhada, pois o compromisso com contrato é outro e o visitador será referência para o público alvo, é este profissional que mãe irá procurar. Coloca que deverão pensar nas visitas serem à noite e final de semana. É importante que o Gestor saiba que aumentará a demanda do CRAS e este será sobrecarregado que deverá ser pensado numa revitalização nas Equipes dos CRAS, encerrando reforça que essa ação deverá contemplar um esforço para ações intersetoriais, pois as demandas serão referentes a outras Políticas Públicas. A Diretora de Planejamento e Estratégias Solange Colepicolo Leonardi coloca que estão construindo esta realidade para ver como irão desafogar os serviços emergenciais e começar a fazer os serviços tipificados. A ouvinte Assistente Social do CRAS Vista Alegre Maria Cristina fala que a questão CRAS o trabalho é no território, muita questão de vínculos, que já estão para este ano com planejamento buscar o que não estão sendo atendidos. O Programa é importante, o planejamento é importante, não se pode perder os restantes que já está em andamento. A Assistente Social do Lar Anália Franco Maria Aparecida Carlos coloca que primeiro o público desse programa é o público prioritário e segundo o que este programa esta pedindo para fazer busca ativa do BPC, o que não temos e não estamos fazendo, e que a questão grande é o RH e que o Conselho deverá monitorar este problema. A Diretora de Proteção Básica Cássia Regina Carpi Rodrigues do Prado coloca que o Programa dará visibilidade aos CRAS. A Conselheira Eulizete Rosa Faria Mos fala que a Proteção Social Básica e toda a rede deverá ser fortalecida e que todo o programa causa receio e gera trabalho que é necessário verificar cada CRAS como está o serviço. A Coordenadora do CRAS Vista Alegre Edilaine dos Santos diz que lamenta que a Assistência Social precisa de “muleta” para aparecer. A Política de Assistência Social é que tem menor orçamento, somos garantidores da Política. A importância do desenvolvimento neuropsicomotor é uma questão importante; tem que ter vaga na creche, mesmo sendo intersetorial esta estimulação precoce é da Saúde, não é da Assistência e porque gastar este dinheiro e não gastar com a Assistência priorizando em ações essenciais prevista no SUAS. A Conselheira Maria do Socorro Sousa coloca que é um Programa importante, pois em seu bairro Jardim Tamoio o que vê é menor de 10 anos cuidando de crianças de 02 e 03 anos, iniciando no mundo das drogas, fala que tinha um programa PIPA que era muito importante e com o seu termino vê que muitas crianças estão no trafico. A Diretora de Proteção Especial Célia Marques Gonzalez fala que se compromete a voltar em reunião no Conselho para trazer os resultados do

Programa. Não havendo mais questões foi colocado em votação para a que se delibere o Termo de Aceite, que está em anexo a esta ata. A Plenária por 08 (oito) votos deliberou o Termo de Aceite com a ressalva de o Conselho acompanhar e monitorar o Programa. Nada havendo mais a tratar, a senhora Conselheira e Segunda Secretária Maria Aparecida Silva, declarou encerrada a presente reunião. Eu, Sonia Maria Ferraz, Assistente Social e "secretária ad hoc" _____ lavrei a presente ata que, depois de aprovada pela Assembleia, segue para assinatura da senhora Conselheira e Segunda Secretária Maria Aparecida Silva e demais conselheiros presentes.

MARIA APARECIDA DA SILVA
Conselheira e Segunda Secretária do CMAS – Jundiá

Conselheiros Presentes:

ALDA RENATA ORSI MACHADO _____

CASSIA REGINA CARPI RODRIGUES DO PRADO _____

CÉLIA MARQUES GONZALEZ _____

EULIZETE ROSA FARIA MOS _____

MARIA DO SOCORRO DE SOUSA _____

NÁDIA TAFFARELLO SOARES _____

SOLANGE COLEPICOLA LEONARDI _____

SOLANGE CORDEIRO DE VASCONCELOS _____

TANIA MARIA DE FREITAS BECKMANN _____